

**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ**

Ata da Nona Sessão Ordinária do 2º  
Período Ordinário da 18ª Legislatura  
da Câmara Municipal de Oriximiná.

Aos doze dias do mês de setembro do ano dois mil e dezessete, no Plenário Lucelindo Farias Tavares da Câmara Municipal de Oriximiná, sob a Presidência do vereador Antônio Odinélio Tavares da Silva Júnior, teve lugar a Sessão. Feita a chamada verificou-se a presença das vereadoras e vereadores: Ana Cleyde Tavares Batista Filha, Ivalter Barbosa Cardoso Filho, Arnaldo de Oliveira Gemaque, Marta Monteiro Godinho, Francisco Azevedo Pereira, Raimundo Tomé de Oliveira Wanzeler, Rafael Tavares Costa, José Maria Calderaro Filho, Manoel José da Cruz Malcher, Joseane de Oliveira Seixas, Edivaldo Jorge Castro de Souza, Joanyr da Rocha Estumano e Marcelo Augusto Andrade Sarubbi. Ausente a vereadora: Carmela Lucia Teixeira da Costa, com ausência justificada por se encontrar devidamente licenciada. Constatando haver número legal à hora regimental, o Sr. Presidente “Sob a Proteção de Deus e em nome do povo oriximinaense” declarou aberta a Sessão, solicitando ao 2º secretário que procedesse a leitura da Ata da última Sessão realizada na Casa, a qual lida submetida a discussão e posterior votação, foi aprovada por unanimidade. A seguir, o Sr. Presidente solicitou ao 1º Secretário procedesse a leitura das matérias agendadas para o expediente, da qual constou do seguinte: Requerimento dos membros da comissão de Constituição e Justiça, solicitando do executivo municipal, que encaminhe a este Poder, cópias dos anexos fiscais previstos nos incisos I e II do artigo 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal, para que possa proferir seu Parecer e conseqüentemente dar andamento a tramitação da propositura em tela; Ofícios nrs. 223 e 225/17, expedidos a diversos; Ofício nº 254/17, recebido do Sr. Prefeito Municipal; Ofício nº 108/17, do secretário municipal de planejamento, solicitando o auditório da Câmara para o dia 28 do corrente mês, a partir das 9:00 hs, para realização da reunião de audiência pública da LOA; Ofícios nrs. 001, 120 e 128/17, recebidos de diversos; Convite da secretaria municipal de esporte e lazer; Convite da comissão organizadora dos debates sobre acordo de pesca e sítio pesqueiro no lago Sapucuá. Terminada a leitura do expediente, o Sr. Presidente facultou a palavra as Senhoras e aos Senhores vereadores. Não havendo nenhum vereador que desejasse fazer uso da palavra, o Sr. Presidente facultou a palavra aos Líderes Partidários. Ocupou a tribuna a vereadora Josy Seixas, que após saudar os presentes, manifestou-se sobre os belíssimos desfiles das escolas no dia 7 de setembro em comemoração ao dia da independência do Brasil.

Acrescentando que mesmo com as dificuldades que muitas escolas estão passando, citou como exemplo a escola Adélia Figueira, mais não mediram esforços para se apresentar naquele evento que marca fatos históricos mais importantes de nosso País. Parabenizou todas as escolas especialmente a escola Adélia Figueira. Disse ainda a nobre vereadora que em seguida aconteceu uma manifestação promovida pela igreja católica, onde reuniu associações de bairros, sindicatos e demais órgãos, estavam reivindicando seus direitos, expressando suas insatisfações sobre tudo que está ocorrendo em nosso País, agora é inadmissível um cidadão querer jogar a população de encontro com este Parlamento, quando o senhor Jofre Soares falou naquele evento que era uma vergonha os quinze vereadores terem engavetado o plano diretor na Câmara, onde na mesma ocasião a nobre vereadora se manifestou dizendo que não era verdade, pois o plano diretor foi aprovado neste Poder no dia 26 de junho e sancionada a lei nº 9.105 de 24 de Julho do ano em curso, mais infelizmente o referido cidadão não teve a decência de corrigir o erro que tinha cometido. Então é preciso que essas pessoas procurem a prefeitura ou a Câmara para obterem informações antes de falarem inverdades a população. Acrescentou ainda a nobre vereadora que também ele cobrou dos vereadores a fiscalização sobre as madeiras, mas ele esqueceu que foi no governo do ex-Presidente Lula do PT, que sancionou a lei que permite a exploração de florestas públicas, como também cabe ao IBAMA e a SEMMA fazer essa fiscalização, agora podemos cobrar sim desses órgãos tal fiscalização, isto podemos fazer. Continuando a nobre vereadora disse que após esse episódio desagradável veio um movimento da igreja da paz, com mensagens de reflexão pela crise política e financeira que passa o Brasil, como também pedindo a benção de Deus a todos os governantes deste País, movimento este que merece nossos parabéns. Em aparte o vereador Manoel Malcher, disse que a igreja da paz está desenvolvendo trabalhos cultural e social em nosso município. Disse que naquele mesmo dia foram colocadas barracas com vendas de iguarias, no local dos desfiles, onde o Pe. Arilson solicitou a retirada das mesmas, ameaçando chamar a polícia, no que foi mostrado ao Padre todos os documentos solicitando o espaço, da vigilância sanitária, inclusive foi pago taxas de liberação, no que ele aceitou. Então é lamentável o que ocorreu de desagradável no dia 7 de setembro, dia em se comemora a independência do Brasil. Retomando a palavra a vereadora Josy Seixas, disse que todo o logradouro público todos têm direitos, uma vez que são de responsabilidade da prefeitura. Finalizou parabenizando todas as escolas que desfilaram na semana da Pátria e a igreja da Paz. Não havendo mais nenhum líder que desejasse fazer uso da palavra, o Sr. Presidente interrompeu a sessão para cumprimento do Intervalo Regimental de quinze minutos. Decorrido o tempo regimental, o Sr. Presidente passou a Primeira Parte da Ordem do Dia, solicitando ao 1º Secretário que fizesse a leitura das matérias em pauta para discussão e

votação. Lido e submetido a discussão o requerimento da comissão de constituição e justiça. Com a palavra a vereadora Josy Seixas, disse que não se trata de imposição, mas a referida comissão precisa de tais informações, para que possa emitir o parecer com respaldo legal, baseado nos dispositivos da lei de responsabilidade fiscal que trata sobre o assunto. O vereador Zequinha Calderaro justificou o requerimento dizendo que a Lei de responsabilidade fiscal, em seu artigo 16, determina que a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de : I – estimativa do impacto orçamentário financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes; II – declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a LOA em compatibilidade com o PPA e a LDO. Portanto não é imposição e sim colaborar com o executivo para que futuramente tal projeto venha sofrer decadência. Dito requerimento, posto em votação, foi aprovado por unanimidade. Foi submetido à apreciação do Plenário a solicitação do secretário de planejamento do auditório da Câmara no dia 28 do corrente mês, sendo aprovado por unanimidade. Esgotadas as matérias em pauta para discussão e votação, o Sr. Presidente passou a Segunda Parte da Ordem do Dia, facultando a palavra aos senhores vereadores. Com a palavra o vereador Zequinha Calderaro, convidou todos os membros da comissão de Constituição e Justiça para uma reunião com o corpo técnico da prefeitura dia 13 do corrente mês a partir das 8:00 horas, para esclarecimentos sobre o Código Tributário que já se encontra em tramitação na referida comissão. A vereadora Josy Seixas, disse que se encontra em tramitação neste Poder, vários Projetos complexos e importantes, que precisam de serem amplamente discutidos com todos os vereadores e até com a população, antes de serem deliberados. Quanto a reunião com os técnicos da prefeitura que vem fazer esclarecimentos sobre o código tributário, disse ser de suma importância, assim como as comissões competentes, vão precisar do acompanhamento direto da assessoria da Casa. Espera contar com a participação de todos os vereadores nas discussões dos referidos projetos de leis. Não havendo mais nenhum vereador que desejasse fazer uso da palavra e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente reforçou o convite a todos os vereadores para a reunião com os técnicos da prefeitura que vem prestar esclarecimentos sobre o código tributário do município, que será de suma importância aprovar em tempo hábil, como também disponibilizou a assessoria da Casa para acompanhar as comissões. Disse ainda que todos os projetos em tramitação neste Poder estão disponíveis a todos os vereadores para uma melhor análise. E nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente, “Em nome de Deus”, encerrou a Sessão, marcando outra para amanhã, no horário regimental. Para constar foi lavrada a presente Ata. Eu, \_\_\_\_\_, 2º Secretário, subscrevo a

presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos demais membros da Mesa.

Presidente

1º Secretário

2º Secretário